QUANDO O OBJETO CIENTÍFICO CONFUNDE-SE COM O PATRIMÔNIO DA NAÇÃO

HELOISA MARIA BERTOL DOMINGUES
Museu de Astrologia e Ciências Afins

Trabalho de campo, história institucional, história da antropologia e suas relações políticas entrecruzam-se no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil, tão bem tratado no livro de Luís Donisete Benzi Grupioni, *Coleções e Expedições Vigiadas**. O resultado desse entrecruzamento de histórias sociais da ciência é um denso trabalho, importante a todos que, de uma maneira ou de outra, envolvem-se com estas disciplinas. Não por acaso o livro recebeu da ANPOCS, em 1997, o Prêmio "José Albertino Rodrigues" de Melhor Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais do XII Concurso Brasileiro de Obras Científicas e Teses Universitárias.

Como salienta o autor, o "apego, dos historiadores da ciência, aos [...] seus resultados, tem deixado um vasto campo sem investigação: o da própria produção do conhecimento, ou seja, dos modos e processos pelos quais a ciência é feita" (Grupioni,1998: 260) Um campo aberto que Luís Donisete soube preencher muito bem. Em vez a enfatizar os métodos impessoais das ciências que, como ele mesmo chama atenção, acabam por obscurecer o papel dos indivíduos, e não levam em consideração as condições materiais com que conta o pesquisador, ele dá nomes aos seus personagens e os

*. GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. 1998. *Coleções e Expedições Vigiadas: os etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil.* São Paulo: Hucitec/Anpocs. 341p.

mostra num mundo vivo. Na sua história de construção do conhecimento – e do conhecimento etnográfico, em particular – entre os anos 30 e 40 do século XX, o que conta é a formação, é o grau de institucionalização, são as relações pessoais e as relações de poder de cada um dos envolvidos.

Na verdade, os estudos mais recentes em história social das ciências vêm trabalhando na linha de análise do processo da produção científica e o livro *Expedições Vigiadas* vem somar-se àqueles como um exemplo feliz e marcante, pois apresenta uma interpretação do Conselho de Fiscalização das Expedições fazendo o trânsito metodológico entre o que ele mesmo qualifica como os aspectos formais da ciência e o processo que lhes dá ensejo, ou seja, ele dá conta da passagem dos modos de fazer ao produto das ciências. Valendo-se da história institucional, ele deixa evidente o quanto ela é emblemática no sentido de permitir ver a prática do conhecimento, no caso a etnologia, desenrolando-se numa trama de relações sociais e políticas da qual as ciências não prescindem em tempo algum para realizar-se. Aliás, como já chamou a atenção a historiadora Maria Amélia Dantes, a ciência vista como prática concreta remete o historiador ao cientista – homens e mulheres sujeitos a um espaço-tempo social – e também aos espaços que sediam suas práticas (Dantes 2001). Não fossem outros os méritos desse livro, a sua metodologia seria motivo suficiente para prender nossa atenção.

O Conselho das Expedições Artísticas e Científicas foi criado em 1933, com o objetivo de proteger o patrimônio científico e cultural do país, normatizando a realização das expedições em território brasileiro e fiscalizando-as. Ele durou até 1968, quando foi extinto sob a justificativa de que suas atribuições eram exercidas pelo CNPq, no tocante às expedições científicas, e quanto às culturas locais, por instituições como o Serviço de Proteção aos Índios.

Luís Donisete, ao propor-se analisar a estrutura e o funcionamento do Conselho, através da legislação que o regeu e dos vários decretos que o modificou, durante o tempo que existiu, mostrou que, longe de ser um órgão inócuo, o CFE foi extremamente dinâmico, e o processo de licenciamento das expedições foi um amplo campo de disputas. Não somente o CFE disputou espaço com outros órgãos do governo, mas, internamente, entre os próprios conselheiros, muitos conflitos ditaram rumos aos expedicionários. Ao negar uma licença, o Conselho se indispunha com pesquisadores e instituições que os apoiavam. Ao mesmo tempo, ao privilegiar instituições com a doação de coleções científicas, ou, ao propiciar, aos seus

técnicos e cientistas, participação nas expedições, como fiscais, acabava por contribuir para o fortalecimento dessas instituições. Da mesma forma, ao viabilizar meios para a realização de expedições ou obter apoio e facilidades de órgãos federais e de autoridades locais, o Conselho angariava prestígio e reconhecimento de pesquisadores nacionais e estrangeiros. Analisando esse processo, o livro nos mostra que entre os anos 1930 e 40, coincidindo com o período da Segunda Guerra Mundial e, no Brasil, com o do enrijecimento da política ditatorial do Estado Novo, a fiscalização também tornou-se mais rígida, negando maior número de licenças, ou fazendo ingerências sobre aquelas que concedia a permissão de realização.

A análise dos dossiês de seis etnólogos (Charles Wagley, William Lipkind, Buel Quain, David Maybury-Lewis, Lévi-Strauss e Curt Nimuendajú) ilustrou muito bem momentos de mudança na análise das expedições, evidenciando que essas mudanças se adequavam a visões diferenciadas da idéia de patrimônio histórico nacional, impetrada pelo Conselho, às coleções, científicas. O caso de Curt Nimuendajú é ilustrativo desse fato, pois, dentre os etnólogos destacados, foi ele quem, por mais longo tempo, se manteve em contato com o CFE. Luís Donisete mostra bem o quanto a idéia de "preservação" das coleções (entendidas como patrimônio da nação) jogava forte em dois extremos; de um lado, podia fortalecer o desenvolvimento do conhecimento científico e, de outro, podia limitar a sua prática, a ponto de impedi-lo. Nesse sentido, o livro serve de alerta aos preservacionistas de plantão, pois, se num primeiro momento a fiscalização exercida pelo Conselho fazia uma análise bastante profissional dos planos do expedicionários e tratava de discutir com eles a melhor distribuição a ser feita do material coletado, num segundo momento, foram mais fortes os sentimentos nacionalistas, os partidarismos políticos, ou as disputas. A preservação, antes entendida como resultado de estudo científico, passou a ser entendida literalmente, isto é, preservar, neste último caso, significava simplesmente "guardar", ou manter os recursos naturais e a cultura dos grupos a estudar intocados, a menos que houvesse um retorno econômico ou político muito rápido. Foi a época em que as licenças para as expedições tornaram-se raras. Nimuendajú pôde vivenciar os dois momentos e ressentiu-se com o Conselho. A sua trajetória em relação ao CFE é bastante ilustrativa da força do poder político sobre a prática científica.

Ao interpretar o conjunto de expedições etnográficas subordinadas ao processo de licenciamento do CFE, o autor entendeu a ação do Conselho

sobre elas como parte da política indigenista do Governo, situando-o na interface entre o campo político e o intelectual. Assim, diferentemente do que os índios eram para o Serviço de Proteção aos Índios – que exercia sobre eles um "poder tutelar", tão bem interpretado por Antonio Carlos de Souza Lima (1995) –, para o Conselho de Fiscalização eles eram parte da nacionalidade, isto é, compunham o patrimônio histórico e cultural do país, do qual os conselheiros eram os "guardiões". Para o Conselho, no qual SPI tinha assento, ao lado de outras instituições do Estado, os índios eram patrimônio a preservar e foi neste particular, do preservacionismo, que o CFE integrou o campo indigenista brasileiro, concluiu Luís Donisete. Há que se ressalvar, no entanto, que enquanto objeto científico os índios e a sua cultura eram interpretados pelos expedicionários e essas interpretações serviam de base para moldar instituições e/ou para delimitar os seus espaços de ocupação. Em qualquer dos casos, portanto, a falta de autonomia desses grupos localizados em regiões "a explorar" ficava evidenciada e eles eram sempre dominados, ou "tutelados".

Por fim, há que se fazer menção a uma singularidade especial do livro, que é o material documental, base do seu objeto de análise: o arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil (CFE), que se manteve inédito para os pesquisadores, por muitos anos, pois estava perdido – como sói acontecer com grande parte da documentação científica em nosso país. Essa documentação foi encontrada nos porões do CNPq, como parte do seu arquivo "morto", o qual foi ressuscitado, faz pouco tempo, pela equipe técnica do Arquivo de História da Ciência do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST/MCT)[1]. Graças a essa iniciativa, Luiz Donisete tomou conhecimento desse arquivo e pôde realizar o seu trabalho, que é, nesse sentido pioneiro[2]. A importância do acervo

1. Isso foi possível graças a um projeto do MAST, coordenado pelo historiador Celso Castro, que tinha por objetivo, inicialmente, organizar a documentação do CNPq que, desde a mudança para Brasília, estava sob a guarda do MAST, no Rio de Janeiro. O acervo do CFE foi encontrado como parte do arquivo CNPq e, por se tratar de um fundo fechado, o coordenador optou, felizmente, por limitar a primeira etapa do projeto à organização do arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições.

2. Como bem lembrou Luís Donisete, a única referência que encontrou sobre essa instituição foi a Introdução ao Inventário documental do MAST, escrita por Luiz de Castro Faria, que foi também um dos conselheiros da mesma (Conselho das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil. Inventário Sumário (2000), Rio de Janeiro, Arquivo Mast).

documental do CFE foi resumida por Castro Faria, que chamou a atenção para as duas representações nele presentes – a maneira como o Brasil via os estrangeiros classificados como expedicionários e como estes representavam o Brasil, eleito lugar preferido de suas expedições –, o que faz dele matéria-prima insubstituível para construir a história de um dos períodos obscuros do passado recente do Brasil.

Coleções e Expedições Vigiadas é um livro que nos traz tantos subsídios intelectuais, seja teóricos, metológicos ou mesmo empíricos, que por muito tempo se manterá atualizado para os cientistas sociais, preocupados com o cotidiano das suas práticas e com as várias formas pelas quais se pode revestir a cooperação científica, e para os intelectuais em geral, preocupados com as políticas institucionais e científicas.

BIBLIOGRAFIA

DANTES, M. A. (org.). 2001. *Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. 1998. *Coleções e Expedições Vigiadas: os etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Anpocs. 341p.

LIMA, A. C. Souza. 1995. *Um Grande Cerco de Paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes.